

PROPOSTA DE UM CÓDIGO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Justificação e Anteprojeto

FORUM

PROPOSTA DE UM CÓDIGO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Justificação e Anteprojeto

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro
DIREITO PÚBLICO EM GERAL. POLÍTICAS
PÚBLICAS. DIREITO URBANÍSTICO, AMBIENTAL,
FINANCEIRO, ECONÔMICO, TRIBUTÁRIO,
PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL.

Palavras-chave
DIREITO ADMINISTRATIVO – POLÍTICAS
PÚBLICAS – GESTÃO PÚBLICA – CÓDIGO –
DIREITO PÚBLICO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4199

O livro “Proposta de um Código de Direito Administrativo e de Políticas Públicas: justificação e anteprojeto” tem por conteúdo, justamente, um projeto de Código de Direito Administrativo e Políticas Públicas, inexistente na experiência atual e internacional do Direito Administrativo. Ele consiste não em comentários da lei, mas sim em um possível conjunto de disposições normativas que compõe um documento legislativo na forma de código. Elaborado a partir de uma suposição de como seria se o Brasil tivesse um Código Administrativo e de Políticas Públicas, possui primariamente uma função pedagógica, consistindo na concentração das matérias de Direito Administrativo e políticas públicas em um só documento normativo. A matéria administrativa, principalmente mais antiga, foi concentrada em um só documento, atualizada para a linguagem contemporânea e adaptada à Constituição de 1988 e à jurisprudência do STF. Outra função é precisamente de incremento do debate acadêmico sobre tema tanto de um Código de Direito Administrativo como da necessidade geral de normatização das políticas públicas, já que faz parte das missões das instituições de ensino e pesquisa o desenvolvimento institucional, sendo que o Código apresenta diversas sugestões de melhoria para a legislação, além da introdução da regulamentação do tema das políticas públicas, atualmente inexistente. Seu conteúdo é o de uma exposição de motivos sobre a conveniência de um Código de Direito Administrativo e a própria ordem de matérias, na qual não há consenso nos livros de Direito Administrativo, e que foi elaborada a partir da ideia de políticas públicas, além de, finalmente, disposições normativas. Em um primeiro momento, aborda-se a caracterização do Direito Administrativo, a gestão pública, as fontes e aplicação do Direito Administrativo, a formulação, o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas públicas, a relação jurídico-administrativa, o governo digital, os atos e acordos administrativos, para, então, partir-se para os diferentes tipos de processos administrativos, a disciplina dos instrumentos clássicos de Direito Administrativo, como o poder de polícia, os serviços públicos, o fomento e a gestão dos bens públicos, alcançando-se os agentes públicos e suas diferentes espécies, disposições sobre integridade, moralidade e processo de controle e finalmente a tutela dos direitos da Administração Pública, com execução extrajudicial, regime jurídico da Administração Pública em juízo e Advocacia Pública. Muito embora consista em um ensaio de anteprojeto, o livro foi elaborado com cuidado para utilizar os conceitos em seus sentidos clássicos de Direito Administrativo e, também, para evitar qualquer inconstitucionalidade que um projeto deste tipo possa conter.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R298p	Reck, Janriê Rodrigues Proposta de um código de direito administrativo e de políticas públicas: justificação e anteprojeto / Janriê Rodrigues Reck. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 222p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-85-450-0782-1 ISBN digital 978-85-450-0778-4 1. Direito administrativo. 2. Políticas públicas. 3. Gestão pública. 4. Código. 5. Direito público. I. Título. CDD: 342 CDU: 342
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RECK, Janriê Rodrigues. *Proposta de um código de direito administrativo e de políticas públicas: justificação e anteprojeto*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 222p. ISBN 978-85-450-0782-1.

Janriê Rodrigues Reck

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestre e Doutor. Procurador Federal.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DESTE LIVRO E DE UM CÓDIGO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	9
LIVRO I – DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO....	19
Capítulo I – Do Direito Administrativo e das Políticas Públicas	19
Capítulo II – Da Gestão Pública	20
Capítulo III – Das Fontes do Direito Administrativo	21
Seção I – Das Normas Gerais.....	21
Seção II – Dos Princípios Normativos de Direito Administrativo	22
Seção III – Da Lei em Sentido Estrito	26
Seção IV – Do Regulamento	28
Seção V – Das Normas Autônomas da Administração Pública.....	29
Seção VI – Das Normas Regulatórias.....	30
Seção VII – Dos Padrões Decisórios	31
Seção VIII – Dos Precedentes Administrativos e Judiciais.....	32
Seção IX – Das Normas Técnicas	32
Capítulo IV – Da Interpretação e Aplicação do Direito Administrativo....	33
Seção I – Das Normas Gerais de Interpretação do Direito Administrativo	33
Seção II – Das Normas Específicas de Interpretação do Direito Administrativo	35
Capítulo V – Da Relação Jurídico-Administrativa	36
Seção I – Da Formação da Relação Jurídico-Administrativa	36
Seção II – Dos Sujeitos da Relação Administrativa	37
Seção III – Dos Direitos do Cidadão Destinatário das Políticas Públicas ..	37
Seção IV – Dos Direitos da Administração Pública.....	41
Seção V – Do Domicílio Administrativo.....	42
Seção VI – Da Plataforma de Governo Digital.....	42
Capítulo VI – Das Políticas Públicas	43
Seção I – Das Normas Gerais.....	43
Seção II – Da Participação Social nas Políticas Públicas.....	44
Seção III – Da Formulação de Políticas Públicas	46
Subseção I – Das Normas Gerais	46
Subseção II – Do Planejamento de Políticas Públicas	48
Subseção III – Do Estudo de Políticas Públicas	52
Subseção IV – Dos Graus de Risco para as Atividades Públicas e Privadas.....	53
Seção IV – Da Implementação das Políticas Públicas	56
Seção V – Do Monitoramento das Políticas Públicas.....	58
Seção VI – Da Avaliação das Políticas Públicas	58
Capítulo VII – Do Ato Administrativo	61
Seção I – Das Normas Gerais.....	61
Seção II – Dos Atos Administrativos em Espécie	66
Capítulo VIII – Da Administração Dialogada.....	74
Seção I – Dos Acordos da Administração Pública.....	74
Seção II – Dos Acordos de Correção de Conduta e Recuperação da Integridade	76
LIVRO II – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	79
Capítulo I – Das Normas Gerais	79
Capítulo II – Do Processo Administrativo Ordinatório	82
Capítulo III – Do Processo Administrativo Licenciador	83

Capítulo IV – Dos Processos Administrativos de Outorga de Direitos	86
Capítulo V – Dos Processos Administrativos Competitivos	87
Capítulo VI – Dos Processos Administrativos Sancionadores	92
Capítulo VII – Do Direito de Petição.....	97
 LIVRO III – DO DIREITO ADMINISTRATIVO ORGANIZACIONAL.....	99
Capítulo I – Das Normas Gerais	99
Capítulo II – Da Administração Direta	107
Capítulo III – Da Administração Indireta.....	108
Seção I – Das Disposições Gerais	108
Seção II – Das Autarquias.....	109
Seção III – Das Fundações Públicas.....	111
Seção IV – Das Associações Públicas.....	112
Seção V – Das Empresas Estatais	115
 LIVRO IV – DOS INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	119
Capítulo I – Das Normas Gerais	119
Capítulo II – Do Poder de Polícia	119
Seção I – Das Normas Gerais.....	119
Seção II – Da Organização do Poder de Polícia	120
Seção III – Da Legislação do Poder de Polícia	120
Seção IV – Do Consentimento no Exercício do Poder de Polícia	122
Seção V – Da Fiscalização no Poder de Polícia	123
Seção VI – Da Sanção do Poder de Polícia	124
Capítulo III – Dos Serviços Públicos	125
Seção I – Dos Serviços Públicos Exclusivos.....	126
Seção II – Dos Serviços Públicos Privativos Comunitários.....	127
Seção III – Dos Serviços Públicos Privativos Individualizáveis	129
Subseção I – Do Regime Jurídico da Concessão de Serviço Público Individualizável.....	132
Seção IV – Dos Serviços Públicos Sociais.....	137
Seção V – Dos Serviços Administrativos	139
Seção VI – Dos Serviços de Conveniência	140
Capítulo IV – Dos Serviços Econômicos Estatais	140
Capítulo V – Dos Serviços de Interesse Geral.....	141
Capítulo VI – Do Fomento Público.....	142
Capítulo VII – Da Regulação	144
Capítulo VIII – Da Exploração Direta da Atividade Econômica pela Administração Pública.....	145
Capítulo IX – Dos Instrumentos de Regulação da Propriedade	146
Seção I – Da Desapropriação	146
Subseção I – Das Normas Gerais	146
Subseção II – Do Processo Desapropriatório	149
Subseção III – Das Desapropriações de Algoritmos e Macrodados	153
Seção II – Da Expropriação	154
Seção III – Da Limitação Administrativa	154
Seção IV – Da Servidão Administrativa.....	155
Seção V – Do Tombamento.....	155
Seção VI – Dos Bens de Utilidade Pública.....	158
Seção VII – Do Abandono	158
Seção VIII – Da Requisição Administrativa.....	159
Seção IX – Da Ocupação Temporária	159
Capítulo X – Dos Bens Públicos	160
Seção I – Das Normas Gerais.....	160
Seção II – Da Aquisição de Bens Públicos	162
Seção III – Da Gestão de Bens Públicos.....	164

Seção IV – Da Delegação de Bens Públicos	167
Seção V – Do Desfazimento de Bens Públicos	173
 LIVRO V – DOS AGENTES PÚBLICOS	177
Capítulo I – Das Normas Gerais	177
Capítulo II – Dos Agentes Políticos	178
Capítulo III – Dos Servidores Efetivos e dos Ocupantes de Cargo em Comissão	179
Capítulo IV – Dos Empregados Públicos	181
Capítulo V – Dos Agentes Temporários	183
Capítulo VI – Dos Estagiários	184
Capítulo VII – Dos Conselheiros	185
Capítulo VIII – Dos Prestadores de Serviços	185
Capítulo IX – Dos Agentes Privados em Cooperação	185
 LIVRO VI – DA INTEGRIDADE E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	187
Capítulo I – Da Moralidade e da Integridade Públicas	187
Capítulo II – Do Controle Interno da Administração Pública	190
Capítulo III – Do Controle Externo da Administração Pública	192
Capítulo IV – Do Processo Controlador e da Decisão Controladora	194
 LIVRO VII – DA TUTELA DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	197
Capítulo I – Das Prerrogativas da Administração Pública	197
Capítulo II – Da Administração Pública em Juízo	199
Capítulo III – Da Prescrição e Decadência Administrativa	201
Capítulo IV – Da Advocacia Pública	203
Capítulo V – Da Execução Administrativa	208
Capítulo VI – Da Responsabilidade Civil	209
Capítulo VII – Da Conciliação e Mediação Administrativa	212
Capítulo VIII – Do Controle Judicial do Ato e do Processo Administrativo	214
Capítulo IX – Do Controle Judicial das Políticas Públicas	219